

O COMÉRCIO DE GUIMARÃES

SEMANÁRIO REGIONALISTA
Publicação, às sextas-feiras

Director
SOUSA MACHADO

Preço avulso 3\$00
— AVENÇA —

PRESIDENCIAIS | 76

Por AGOSTINHO PIZARRO

Eis que finalmente — e desde que me conheço — foi eleito por sufrágio nacional, secreto, através do voto livre, do livre cidadão português, o 14.º Presidente da República, do nosso país, na pessoa do general Ramalho Eanes.

Parabéns, senhor Presidente! Parabéns extensivos também ao nobre povo que o elegeu, pois demonstrou, inequivocamente, confiar em absoluto.

Toda a gente, cansada, perturbada, saturada da política e de assistir, a tanta desordem, ao ban-

ditismo, ao terrorismo que tem campeado de norte a sul do país, anseia agora por uma política estável vivida em tranquilidade e paz internas, sob a responsabilidade de um governo funcional e honesto, apto na orientação, eficaz nos destinos da pátria e na promoção social do povo, na educação, saúde, reforma agrária que — não só no meu entender — deverá ser aplicada em moldes diferentes e mais adaptáveis para a região norte do país, na indústria, no comércio e, muito especialmente, no sector económico que é vital e tem sido uma preocupação, constante e permanente, dos responsáveis, nomeadamente do VI governo provisório que, sem contestação possível, tem sido o mais actuante, devido à teimosia do seu primeiro ministro, servindo-me das palavras dele próprio.

Sim. O povo português acredita piamente no Presidente agora eleito para a 2.ª República, confiante na sua consciência política de homem apurado e vive com justificada esperança, em face das suas declarações, na justiça social e o bem-estar dos portugueses, na transição da sociedade velha e antidemocrática, suportada ao longo de cruciente meio século, para uma sociedade nova: o socialismo.

Os milhões de eleitores que, ordeiramente, afluíram às urnas onde efergeram o seu novo Chefe de Estado, fizeram-no com o coração na boca e os olhos postos

escolhido pelo povo e ele saberá defender os direitos do povo, segundo afirmações solenes que fez. Defender o povo e defender a justiça.

E disse mais: enganados estão os que julgam um regresso ao 24 de Abril. O caminho é de evolução, de reconstrução — na liberdade, na democracia e no socialismo. E, naturalmente, na ordem, no respeito, na tranquilidade, no trabalho, no civismo.

Que todas as forças se congreguem. Que todos os esforços se unam, para que seja possível construir um Portugal novo, uma

Conclui na página 2

Conclui na página 3

Uma chave para a recuperação económica

Por MÁRIO FIGUEIREDO

O Povo pôde ir às urnas em liberdade. Viva o novo Presidente! Na sua primeira comunicação àqueles cujos destinos irá, por certo, dirigir, Eanes falou de economia. Era fatal. O mundo português move-se ao redor dessa realidade complexa que é simultaneamente uma afirmação e uma negação (... não estamos, por acaso, a citar Mao Tse Tung). Afirmação do desejo de sermos independentes, portanto, desenvolvida, e negação pela prática que nos temos imposto, apática, demagógica, descoroçoante, prática para a crise.

Por isso o processo português tem surpreendido e escandalizado, continuando a haver quem não o entenda. Mas as revoluções são assim: têm modelo nacional. Como o general, sem perda de tempo, falou da necessidade de reestruturar a economia adoptando um sistema mais pragmático, aqui o referimos.

Sendo verdade que compete ao

Governo, da chefia do Dr. Soares, propor aos Portugueses um plano global e nacional, com carácter de emergência, destinado a estancar a deterioração económica e dar prioridade a um conjun-

Conclui na página 3

REPAROS DA SEMANA

O futuro depende de nós

De todos nós depende o futuro do país.

Portugal tem um novo Presidente da República. O povo elegeu um novo Chefe do Estado. O general Ramalho Eanes foi

Conclui na página 4

Opiniões alheias

Descolonizações à luz da História

Ora, sejamos realistas! Se nenhuma das descolonizações já referidas (bem oportunas) foi exemplar, como se poderá exigir que a realizada por Portugal em A'frica (uma das últi-

mas), extemporaneamente e depois de 14 anos de três guerras coloniais duríssimas, o pudes-

Tomada de posição no problema da

Universidade do Minho

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães e a Unidade Vimaranesense, promoveram, na terça-feira, no salão nobre da edilidade local, uma reunião pública, para tomada de posição face a nova investida das forças que contrariam os interesses do concelho de Guimarães e de toda a Região do Vale do Ave, na questão da instalação dos Cursos Tecnológicos da Universidade do Minho, que, por decisão do M. E. I. C., serão implantados nesta cidade de Guimarães.

Uma vez mais a população vimaranense reage contra quem pretende usurpar-lhe, ousadamente, os seus legítimos direitos.

virtudes e moçoilas de olhos sonhadores e faces rosadas, que fazem parte dos grupos folclóricos e trazem na alma a poesia das auroras e a casta melancolia dos crepúsculos de Agosto.

Uma velhinha de cabeça nevada, ofereceu-me pão de centeio, vinho e sardinha assada.

E fez questão de eu permanecer entre aquela santa gente que amanha terras e faz florir ladeiras.

Pois, permaneci.

O tempo decorria e eu senti o prazer inefável de outro mundo e de outra gente. A beleza do folclore. O milagre de o manter num mundo ignoto, louco e impossível, de costumes e mo-

Conclui na página 2

Breves reflexões

A's vezes adreço andar no meio do povo, ombro-a-ombro, mesmo quando ele esquece as tristezas da vida e canta e passeia nas romarias. Não gosto de andar nos rebuliços, mas sinto-me bem entre a plebe quando ela canta a sua pureza de alma e é arrastada pela fé e pelos costumes que representam património avoengo e ancianidade de tradições, límpidas e puras, realidades sem mácula de modernismos.

Estive numa romaria dos santos populares, entre gente do campo, velhos de velhas

AO CORRER DA PENA...

As eleições presidenciais

O acto de sufrágio decorreu no primeiro concelho do distrito de maneira exemplar.

O período eleitoral foi igualmente modelar no seu comportamento cívico por parte dos vimaranenses e todos expressaram pelo voto a sua escolha e o seu pensamento político.

A votação do concelho de Guimarães representou o seguinte: Eleitores inscritos 75.551, votaram 64.440, percentagem 85,29 %, votos nulos e brancos 774.

EANES	PINHEIRO AZEVEDO	OTELLO	PATO
36.768	16.972	7.761	2.165

Ganhou, portanto, o Senhor General Ramalho Eanes.

Espera-se, agora, entrar numa era de acção e de trabalho, de modo que a Nação entre no caminho da ordem, do respeito e da cordura que a todos reconheça o direito de viver, de pensar, como ententer, dentro do máximo respeito e tolerância. E' preciso, todavia, passar das palavras aos actos e como disse ultimamente o Senhor Ministro das Finanças, Dr. Salgado Zenha: deixarmos de ser cigarras para nos tornarmos formigas incansáveis e úteis no seu labor. De facto temos perdido muito tempo a «cantar o fado» e a fazer «versos à lua»... O português é muito imaginativo. Vive mais a pensar em paraísos utópicos, e, enlevado em objecções delirantes, faz da vida um sonho que o levou às descobertas, o faz emigrar à procura da fortuna sem nunca conseguir fazer do seu país uma Nação capaz de oferecer a todos uma existência próspera, pelo trabalho útil e produtivo, pelo estudo e aperfeiçoamento, sempre com os pés fortemente assentes no chão das realidades e das certezas. E' que tudo quanto o homem come, veste, calça e habita se faz criando calos nas mãos e com o suor de muitos corpos. Sempre assim foi e sempre assim será.

As circunstâncias sombrias em que o país se debate, resultantes de uma guerra perdida, cheio de dívidas que tem de pagar;

CONCLUI NA PÁGINA 2

Ao correr da pena...

CONCLUSÃO DA PÁGINA 1

com um desemprego enorme causado pela desmobilização; pelo retorno dos portugueses fugidos de África; pela vinda dos emigrantes e ainda pelas consequências de uma recessão económica que o Mundo atravessa, tudo isto é um mar sem fundo de preocupações, de problemas e de vicissitudes, que ultrapassam as possibilidades de qualquer mente bem esclarecida. Isto tudo é espantosamente grande para a escassez de recursos de um país atrasado, subdesenvolvido, pequeno de território e pobre de saber e de acção, como o nosso.

Tem o ilustre vencedor das eleições, Senhor General Ramalho Eanes, de realizar em primeiro lugar o seu programa, pôr em acção o significado das suas palavras que lhe grangearam o triunfo e a esperança da maioria dos portugueses. O país tem à sua frente um período semelhante ao que se seguiu depois da 1.ª Grande Guerra. Sem dinheiro e cheio de dívidas, com falta de tudo a provocar o descontentamento geral e, como «numa casa aonde não há pão, todos berram e ninguém tem razão», foi fácil acontecer um 28 de Maio e cair sob um regime absoluto.

Todos temos o dever de ajudar, trabalhar, produzir para que Portugal possa vencer os graves momentos que passa, como temos de sofrer e de passar dificuldades, para conseguir o triunfo. Não se julgue que só um milagre pode solucionar os profundos problemas presentes. A solução está em nós próprios, na nossa dedicação e no nosso amor à Pátria. Ninguém nos vem cultivar a terra vaga, nem fazer trabalhar as nossas fábricas, nem criar novas indústrias; somos nós que o temos de fazer e criar o ambiente que garanta a confiança para que de fora nos possam ajudar e financiar. Ninguém é independente nem vive só dos seus próprios bens. Nenhum país é suficientemente poderoso para existir isolado e nós somos tão pobres que precisamos de todos.

Boas notícias

Fomos informados de que está a ser ultimada a aprovação do projecto de ligação entre as estradas nacionais 105 e 101, ou seja entre o Salgueiral (rodovia de Covas) e a Codeceira (estrada de Braga), da qual faz parte uma ponte-viaduto sobre a estrada Guimarães-Famalicão e Pevidém, um pouco abaixo do Matadouro Municipal e criando neste local um nó circulatório.

Este grande projecto, cuja realização se impõe de imediato, virá beneficiar o trânsito na parte central da cidade desviando grande parte dele, visto que o tráfego que se destina ao Norte vindo de Santo Tirso e Porto, deixa de atravessar o centro da cidade.

Prouvera à cidade que esse projecto não demore a concretizar-se. A cidade está cheia e saturada de um trânsito que não cessa de aumentar e de poluir o ar e o sossego.

Pedindo providências

Queixam-se os moradores de perto do ribeiro de Santa Luzia, do cheiro emanado dessas águas que transportam os escorros do bairro da Quinta e de outros prédios recentemente construídos. Pelo lixo que se lança abaixo dessa antiga ponte, as águas não correm, mais agravando a sanidade do local.

Porque não se aquedutam essas águas, se aterra esse sítio que junto com o terreno destinado a um campo de treino, levados ao mesmo nível da futura nova artéria que comunicará com a estrada de Braga, perto de Caneiros, se possa fazer dele o lugar que a Câmara Municipal procura para a feira semanal, em virtude das objecções impostas ao aprovaramento do novo campo da feira, perto do Largo da República do Brasil?

Feito o aqueduto e os esgotos, o aterro é rápido de fazer, lançando para lá o lixo e entulho da cidade, cobrindo-o cuidadosamente com uma camada de terra. Em breve se transformaria num amplo espaço para conter dentro de limites (já se vê...) esse comércio ambulatório que aumenta constantemente, em prejuízo do comércio lojista devidamente estabelecido.

E ainda fica livre o lugar para os Bombeiros Voluntários construírem o seu almejado quartel.

A. F.

Casamento

Realizou-se no passado dia 3 do corrente e na freguesia de Nespereira, deste concelho, o casamento da menina Maria Benedita da Silva Abreu, filha do Sr. António Vieira de Abreu, industrial e de D. Emília da Silva Abreu, com o Sr. João Manuel Portugal Seixo, funcionário do Banco Borges & Irmão, da cidade do Porto, filho de Orlando Seljo Santos e de Maria Cândida Mesquita Portugal Seijo Santos, falecidos.

Foi celebrante e presidiu a este acto solene o Rev.º Cônego José Borges, antigo pároco da

freguesia de Nespereira e actualmente Reitor do Colégio de N.ª S.ª da Conceição da cidade de Braga, que dirigiu aos nubentes uma paternal alocação na altura própria.

Foram padrinhos por parte do noivo, a irmã da noiva, a menina Maria da Conceição Silva Abreu e o Sr. José Martins Carvalho Costa Almeida e por parte da noiva o Sr. Joaquim Ferreira, comerciante e D. Benedita Pereira Machado, padrinhos do baptismo.

Conduziram as alianças as sobrinhas da noiva.

No Restaurante Jordão foi servido um almoço a cerca de duas centenas de convidados, tendo

Não será fácil a espoliação desta vez...

A reunião do dia 6 promovida pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal, de parceria com a Unidade Vimaranesense, teve, como era de esperar, muita assistência que aplaudiu, vibrou com energia e entusiasmo pelas palavras que ouviu e pelas razões que brilhantemente foram expostas pelos diversos oradores, que tomaram parte nesta significativa e peremptória reunião pública.

As moções que foram aprovadas, as atitudes que firmemente foram tomadas no caso de Guimarães ser esbulhada do ensino tecnológico universitário que lhe foi atribuído, representam um poder de decisão, uma força de luta que não admite mais que esta cidade e região sejam motivo de menosprezo e de actos lesivos aos seus interesses e necessidades, que sempre foi vítima e sempre foi espoliada.

Uma das moções aprovadas por entusiasta aclamação, pede um inquérito formal de modo a que os vimaranenses fiquem a saber o porquê de não se cumprir o decreto-lei que determina a colocação em Guimarães daquele ensino, ou se as decisões ministeriais precisam do beneplácito da frequência da Brasileira-Velha para serem cumpridas... Não convencem as razões expostas da pseudaimpossibilidade da criação de uma Universidade dispersa. Veiga Simão ao instituir a Universidade do Minho, de maneira a beneficiar diversos centros importantes, não era um ignorante nem um amador em pedagogia, mas um professor universitário distinto, reitor da Universidade de Lourenço Marques com todo o mérito que lhe era reconhecido. Na altura da promulgação desse decreto-lei não apareceu ninguém a fazer objecções sobre as dificuldades da dispersão universitária, nem a escolha dos lugares mais próprios para a instalação da Faculdade em Guimarães, no princípio, sofreu qualquer impedimento. A escolha recaída sobre a Casa da Veiga

e dos terrenos anexos, mereceu as melhores referências, tanto sobre o imóvel como sobre o espaço, o qual permitiria dispor os pavilhões a construir de modo como os idealizava. Nessa altura não havia os impedimentos que depois surgiram como oposições «espontâneas»...

Não pode este semanário transcrever na íntegra os discursos proferidos e as moções aprovadas pelo grande espaço que seria necessário, mas uns e outras são dignas de quem as propôs e significam o momento e a disposição do povo vimaranense, não ceder um milímetro dos seus direitos, da solução das suas necessidades e do objectivo das suas aspirações.

Não será mais espoliado, nem será mais degrau para outros subirem ao trono das suas vaidades.

Guimarães... o teu progresso e a tua vida... serão sempre a nossa aspiração.

A. F.

O SABOR A CLORO É A GARANTIA DA SEGURANÇA DE UMA ÁGUA.

Reparos da Semana

(Conclusão da 1.ª pág.)

sociedade nova, sem injustiças, sem arbitrariedades, sem opressões, sem desigualdades, sem os favoritismos arbitrários que tanto magoam e prejudicam.

O futuro depende de nós, mas também de quem for capaz de nos governar bem e levar a bom porto esta nau em que navegamos.

Nós temos o nosso trabalho e o nosso patriotismo. Temos a nossa inteligência e as nossas virtudes. Temos o direito de exigir que o comando seja firme na justiça e compreensivo nas decisões.

Vamos todos a trabalhar honestamente para termos o direito de exigir justamente.

Vamos vencer a batalha do futuro.

Pelos trabalhadores

Ramalho Eanes teve uma demorada conferência de Imprensa. «Nunca mais as leis serão letra morta e a sua aplicação far-se-á integralmente em todo o território nacional».

Por isso, entende que não será só o presidente da República a cumprir a Constituição. «Todos os portugueses terão que a cumprir, pois é esse o único modo de alicerçar a construção de um Estado de direito».

O novo presidente da República asseverou que «a reconstrução não se fará contra os legítimos interesses dos trabalhadores». E, a propósito, desta-

Breves reflexões

(Conclusão da 1.ª pág.)

das corrompidas. Quase intacto. Trajes, cantares e danças. Sorrisos e graças.

Ainda bem que, por obra e esforço de bons carolas, o folclore se mantém e não se abastarda. Os grupos sobrevivem e dão-nos mensagens dum ruralismo tão belo e puro, duma etnografia que é um sortilégio.

Ainda bem, velhinha de cabeça nevada, que me deste um pouco de pão e um pedaço da tua graça e da tua bondade robustecida pela força campesina e liricamente portuguesa de dois carros de anos.

Bem hajas e Deus te pague.

O simbolismo agrário anda, não apenas nos jugos, nas alfaias e nos sulcos fundos da terra dura que dá pão e flores, mas também nesse heroísmo e na doce ternura desses olhos que me fitaram.

J. de G.

Instalações eléctricas
EM GERAL
Reparações
por pessoal QUALIFICADO
J. MONTENEGRO, L.D.A
Rua de S. Gonçalo, 1052 | 68
Rua de Alcobaça, 59 | 63
Telefone 42258 | 9
GUIMARAES

Cadela-coelheira

Desapareu de casa de seu dono Sr. José Francisco, lugar de Codeçal, freguesia de Candoso S. Martinho.

E' de cor amarela e dá pelo nome de Andorinha. Proceda-se a todo o tempo contra quem a retiver.

havido vários brindes de felicitações aos noivos.

Os noivos seguiram em viagem de núpcias para o Algarve. Desejamos-lhes as maiores venturas.

Temos que trabalhar, que colaborar, que dar as mãos para que as promessas se cumpram. Confiemos.

Super-homem, não

O «Jornal de Notícias», ao referir-se, há dias, ao novo Chefe do Estado, destacou a virtude que ele tem revelado, quando fala. «Nós temos que fazer isto. Nós temos que trabalhar e construir o futuro». Sempre no plural. Ramalho Eanes revela (e muito bem), não querer ser um super-homem.

Essas veleidades existiram durante quarenta e oito anos, mas acabaram.

Agora, somos todos—nós.

X.

Se é bom vimaranense inscreva-se sócio dos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS.

Uma chave para a RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

(Conclusão da 1.ª pág.)

to de investimentos reprodutivos (as verbas vultosas colhidas por empréstimo no exterior não devem continuar a ser consumidas na cobertura dos défices do sector público, não é assim?), ninguém poderá ignorar a influência que o futuro Presidente irá exercer neste domínio; daí que os traços gerais do seu plano, que supomos na generalidade próximo do que já foi divulgado pelo P. S., nos mereçam atenção.

Eanes referiu, na Gulbenkian, o imperativo de se transformar o sistema, «que foi capitalista», num outro mais pragmático, que sirva os interesses dos trabalhadores portugueses e a necessidade de todos os partidos, incluindo o P.C.P., apoiarem efectivamente o Plano do Governo, após aprovação na Assembleia da República.

Esta ideia tem subjacente uma outra, que não é nova: a concretização de um acordo entre o Governo e os Sindicatos. Por outras palavras: submissão dos partidos, especialmente do P.C.P., a nível sindical, às regras do jogo parlamentar. Ao falar do patriotismo dos comunistas portugueses, e antes de colocar na «mesa», clara uma ameaça (se o P.C.P. não se submeter à maioria parlamentar, que medidas tomará o Presidente?), o general quis vincar com o possível rigor que a única chave para a recuperação económico-financeira é a da unidade à volta dum Plano de Emergência.

A primeira afirmação, concer-

nente à transformação do sistema é inexacta. O sistema que nos rege é capitalista; ainda não deixou de o ser. O próprio Dr. Soares, em recentes declarações prestadas à Imprensa, confirmou-o. Para o «leader» socialista, as presentes condições da sociedade portuguesa não são de molde a esperar, dentro dos próximos dois anos, que o país viva com o sistema que ele defende e que justifica a existência do seu partido. Quanto ao pragmatismo proposto, a realidade futura dirá do seu ajustamento às aspirações do povo português, da sua responsabilidade na transição para o socialismo.

Mas a questão do pacto social, da aprovação do plano governamental para o relançamento da economia, é difícil de solucionar, se tivermos em conta a experiência destes dois últimos anos e as posições manifestadas pelos partidos, especialmente pelo P. C. P.; se atendermos ao nível de consciência das massas trabalhadoras, dentro ou fora das órbitas partidárias; se olharmos a que não foi promulgada a Lei do Controlo Operário — aliás já anunciada por Tomás Rosa.

Tudo dependerá, por conseguinte, do conteúdo dessa lei e da orientação da política do próximo Governo; da forma como forem distribuídos os sacrifícios que a salvação da economia exige.

Sem esquecer que o Governo terá de ser capaz de cortar as estruturas burocráticas que continuam a asfixiar a Administração Pública.

Presidenciais | 76

(Conclusão da 1.ª pág.)

em Ramalho Eanes, que nos prometeu uma arrancada eficaz na sua actuação governativa de modo a que Portugal possa, e já é tempo, reencontrar o seu verdadeiro rumo.

Já tive ocasião de dizer, que se torna imperioso enterrar, bem fundo, as ruínas do passado e, encarar de frente e com heroicidade as realidades que nos cercam.

Temos de procurar, por todos os meios, sairmos do marasmo em que temos vivido e destruir todos os obstáculos que se nos oponham. E para que a vitória do povo português possa surgir, é preciso que cada um se compenetre de que o país não pode prosseguir na sua marcha se o povo não trabalhar e não der produção e se sacrificarem ainda algumas gerações.

Tal foi a herança legada pelo regime destronado. E porque não há no mundo ninguém que mais ame Portugal do que os portugueses, temos de lutar por evitar contrair empréstimos consecutivos, que nos arruinam implacavelmente, ameaçando a nossa sobrevivência como país independente.

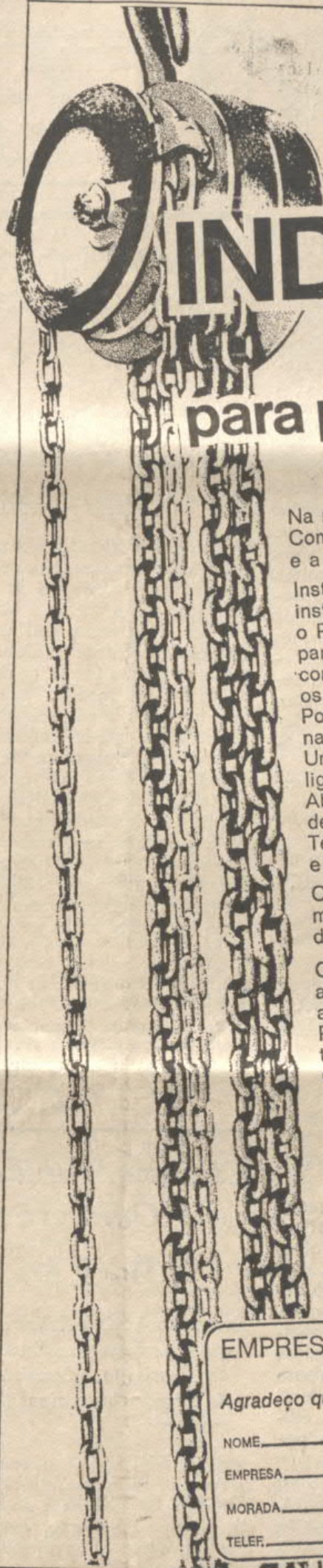
Há que mostrar o nosso grande amor pela pátria enferma, cumprindo com os nossos sagrados deveres para com ela. É que não basta dizermos que a adoramos porque de palavras estamos

nós cheios. Passemos à acção, com a nossa disciplina, com o esforço do nosso trabalho e conformemo-nos de que a era dos grandes sacrifícios ainda está longe de terminar. Abafemos de vez toda e qualquer centelha de ódio, originário das lutas partidárias.

Temos de nos manter unidos na reconstrução que pretendemos alcançar, e podermos mostrar às nações, que nos espreitam, o nosso amor patriótico para com este país que nos serviu de berço e nos concedeu a nacionalidade de que nos orgulhamos possuir.

Acabemos, de uma vez para sempre, o divisionismo provocado pelas mais variadas facetas da vida nacional, porque são afrontas, são chagas a dilacerar o corpo da nação que só muito dificilmente cicatrizam...

— Qual será o futuro de Portugal? Só Deus o sabe. Chegamos a vê-lo negro, muito negro mesmo. Mas, na minha modesta opinião, desenha-se, neste momento, uma mais ampla perspectiva uma vez que o povo, democrata e socialista, está com o seu novo Presidente da República e confiante na sua inteligência, no seu bom-senso e no patriotismo de quem irá estar à frente dos destinos da gente portuguesa e nos confirmou já a legitimidade democrática para Portugal.



PARQUES INDUSTRIAIS

Força de arranque para pequenas e médias empresas

Na região de Braga-Guimarães, o 1.º Parque Industrial. Com a 1.ª implantação em Celeirós e a 2.ª perto de Guimarães.

Instrumento de desenvolvimento regional, instalado e gerido pela E.P.P.I., o Parque de Braga-Guimarães é uma força de arranque para as pequenas e médias empresas da indústria ligeira, com o objectivo prioritário de aproveitar os recursos naturais regionais. Porque lhes oferece vantagens excepcionais na instalação das suas fábricas. Uma urbanização industrial ligada às grandes vias de comunicação. Abastecimento de água, de energia eléctrica, de combustíveis. Sistema de saneamento. Telecomunicações. Incentivos fiscais e financeiros importantes.

O que significa para o empresário, maior rapidez, maior economia, maior facilidade no arranque da produção. E maior eficácia no funcionamento.

O Parque Industrial de Braga-Guimarães pode vir a acolher 80 a 100 fábricas e visa, em particular, a reconversão do sector têxtil. Para os trabalhadores, cantinas, serviços médicos, transportes, possibilidades de aperfeiçoamento profissional.



EMPRESA PÚBLICA DE PARQUES INDUSTRIAIS

Além do Parque Industrial de Braga-Guimarães prevê-se o arranque de Parques na Covilhã, Évora, Beja e Algarve. Conheça a E.P.P.I. Escreva-nos. Ou venha falar connosco.

EMPRESA PÚBLICA DE PARQUES INDUSTRIAIS
Rua D. Filipa de Vilhena, 6, 5.º - LISBOA-1
Agradeço que me enviem a Brochura E.P.P.I. e outras informações sobre a Empresa.

NOME _____

EMPRESA _____

MORADA _____

TELEF. _____

TELEX _____

RAMO DE INDÚSTRIA _____

Os jornais estatizados e a LIBERDADE DE IMPRENSA

«(...) O que aqui se defende não é aquilo que preconizam os que protestam contra a suspensão do «Século-Hoje». Sempre pensámos — e por mais de uma vez — que a orientação dos jornais estatizados não pode depender apenas da vontade de quantos nele trabalham.

Em primeiro lugar, porque «trabalhar num jornal» é uma noção extensiva não só aos jornalistas, que o concebem ideologicamente e terão necessariamente uma influência importante na concretização diária da sua orientação, como aos tipógrafos, que ajudam a impri-

mir, como aos revisores que dele evitam as gralhas, mas igualmente aos ardinhas que o vendem, aos motoristas que o distribuem ou mesmo ao lenhador que na floresta dá a primeira machadada naquilo que será o papel de jornal. Em segundo lugar, porque os jornais estatizados, pagos pelos dinheiros públicos, dependem do público que o paga, não só quando o compra, mas igualmente quando satisfaz as suas contribuições. Em terceiro lugar, porque um jornal veículo de canalização das ideias e das informações, é um meio poderoso e perigoso de influência das po-

pulações, devendo deste modo ser por estas controlado. (...) No caso concreto do «Século-Hoje», a medida tomada nem foi errada ou injusta. Aquele suplemento, além de medíocre, era duplamente grave — e cairá nos seus últimos números na calúnia e na insinuação moralmente reprováveis. A sua suspensão contribuiu para a defesa da liberdade de expressão em Portugal, porque puniu quem não respeitava o pluralismo, a qualidade e a ética política que a Imprensa estatizada tem obrigatoriamente de ter. (...)

«O Jornal.»

Sr. Automobilista:

Não pare, nem obstrua as passadeiras. Elas pertencem aos peões.

Opiniões Alheias

Conclusão da página 1

se ser? Marcelo Caetano bem deveria saber as linhas «tremendas» com que se cosia, para afirmar que terminara o tempo das vacas gordas e ia começar o tempo das vacas magras... Paraphraseando Pascal, poderíamos dizer que a História tem razões que a razão desconhece! Não é com referendos ou consultas populares que se constrói a independência dos povos, já que ela não se referenda, mas conquista-se. A História segue inelutavelmente a sua própria rota, independentemente dos nossos gostos, simpatias ou anseios, mas sempre impedida pelo mesmo vento impetuoso que, em cada época ou geração, a impulsiona. Por isso mesmo (modestamente o confesso), baseando-me nas experiências das descolonizações anteriores, ao conversar com os meus amigos ainda antes da actual descolonização portuguesa se efectuar, previ dois factos que se estão cumprindo integralmente: 1) as nossas colónias africanas

«O Comércio de Guimarães» n.º 7.027 de 9 de Julho de 1976



TRIBUNAL JUDICIAL DA
COMARCA DE GUIMARAES

Anúncio

2.ª Publicação

Ac. especial de divisão de coisa comum n.º 102/74 — 1.º Juízo — 2.ª secção —

requerentes:

— Fernando Lopes de Matos Chaves, viúvo, residente na R. de S. Teotónio, 80-2.º, da cidade de Coimbra e outros;

requeridos:

— Claudine Margarite Giry de Matos Chaves, residente em França e outros.

— Pelo presente se torna público que no dia 27 de Julho p., f., pelas 14 horas, no tribunal judicial desta comarca e em virtude do ordenado nos presentes autos, vai proceder-se a arrematação em hasta pública, em 1.ª praça, do imóvel abaixo identificado, pertença dos requerentes e requeridos, e é posto em 1.ª praça pelo respectivo valor matricial e que é de 513 420\$00.

IMÓVEL A PRACEAR

«Um prédio de dois andares e águas furtadas, com 11 divisões no rés do chão, 14 no primeiro andar e 12 nas águas furtadas, com terreno de logradouro e quintal, sito no Largo de Martins Sarmiento, freguesia de Oliveira, desta cidade de Guimarães, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 859, a fls. 28 verso, do Livro B., 7, e inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 162».

Guimarães, 21 de Junho de 1976.

O Juiz de Direito do 1.º Juízo,
Dr. Manuel de Castro Ribeiro.

O escrivão de Direito da 2.ª secção,
Aires José de Carvalho.

transformar-se-iam em países independentes e seria inevitável o regresso a Portugal da maioria dos europeus e mestiços, devido à clivagem e à dicotomia colonizador-colonizado, patentes mais na África e na Ásia do que na América, em cujo continente os indígenas foram praticamente exterminados, tornando, portanto, a situação diferente; 2) as nossas colónias asiáticas integrar-se-iam nos países limítrofes. Este facto era aliás naturalmente previsível depois do caso de Goa que alguns querem esquecer. Além disso, são de notar certos factores primordiais, entre eles o de os nossos minúsculos territórios asiáticos terem fronteiras com países muito grandes e populosos (União Indiana, China e Indonésia), com cujos povos as populações autóctones (goeses, macaístas e timorenses) têm profundas afinidades étnicas, linguísticas, culturais e até históricas. Foi o colonialismo que, artificialmente, separou os goeses, os macaístas e os timorenses das comunidades étnicas a que, naturalmente, pertenciam.

«Diário Popular».

«O Comércio de Guimarães» n.º 7.027 de 9 de Julho de 1976



TRIBUNAL JUDICIAL DA
COMARCA DE GUIMARAES

Anúncio

2.ª Publicação

Pela 2.ª Secção do 2.º Juízo de Direito desta comarca, correm éditos de 30 dias, contados da data da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando o requerido JOAQUIM VAZ DA SILVA, solteiro, maior, ausente em parte incerta da França e com última residência conhecida no País no lugar de Requião, freguesia de Gondomar, desta comarca, para no prazo de 8 dias, posterior àquele dos éditos, contestar, querendo, o pedido de habilitação deduzido por Manuel Araújo Fernandes e mulher Rosa de Freitas da Silva, ausentes em França, por apenso à acção ordinária que contra estes movem os autores Albano da Rocha e mulher Cidália de Jesus da Cunha e Silva e Alvaro da Rocha, do lugar de Real, e António de Sousa Fernandes e mulher Maria Fernanda da Silva Rocha, do lugar do Assento, todos da freguesia de S. Torcato, desta comarca. Esse pedido consiste em que o citando e seus irmãos Maria do Carmo Marques Vaz, Serafim Vaz da Silva, Raúl Vaz da Silva e Luisa Vaz da Silva sejam julgados sucessores da falecida e chamada, sua mãe, Maria Virgínia Mendes Marques para, como seus representantes, com eles proseguirem os termos da causa.

Guimarães, 25 de Junho de 1976.

O Escrivão de Direito,

António Gonçalves de Macedo
Verifiquei.

O Juiz de Direito,

Mário de M. Araújo Ribeiro

Assine o «Comércio»

EXIJA QUALIDADE

Oficina de Reparações Eléctricas em Automóveis e Bobinagem de Motores

Sulpício Ribeiro de Oliveira

Av. D. João IV — Telef. 42689

— GUIMARAES —

Câmara Municipal de Guimarães

Anúncio

Empreitada de «C. M. 1563 lanço da E. N. 20714 (Cachada) a Nossa Senhora do Bom Despacho.

Base de licitação: 1013109\$50

Em conformidade com a deliberação tomada em sua reunião extraordinária, de 28 de Maio de 1976, vai a Câmara Municipal de Guimarães realizar, no edifício dos Paços do Concelho, pelas 16 horas do dia 13 do mês de Julho de 1976, o concurso público para a empreitada acima referida, de harmonia com o projecto, programa de concurso e caderno de encargos patentes em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Repartição de Obras da Câmara Municipal e Direcção de Estradas de Braga, podendo os interessados obter cópias autênticas daquelas peças se o desejarem.

Paços do Concelho de Guimarães, 30 de Junho de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal,
Edmundo António Ribeiro
Marques de Campos.

Câmara Municipal de Guimarães

EDITAL

Edmundo António Ribeiro Marques de Campos, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães:

FAZ PUBLICO o teor, na parte que interessa, da circular n.º 6176 do Gabinete do Plano da Região do Porto, entidade que aprecia os projectos de loteamento e outros processos:

..... lembramos a conveniência de os mesmos serem, sempre, instruídos com:

1—Uma planta topográfica à escala 1:2000 ou 1:1000, compreendendo não só o terreno, onde se situa a pretensão, como ainda uma faixa envolvente do mesmo, com uma largura nunca inferior a 100 metros.

2—O documento comprovativo de que o requerente é o proprietário do terreno, ou possui poderes bastantes para sobre ele poder operar.

E para produzir os devidos efeitos se publicou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais públicos do costume.

E eu, Gaspar Gomes Alves, Chefe da Secretaria o subscrevi.

Paços do Concelho de Guimarães, 30 de Junho de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa,

Edmundo António Ribeiro
Marques de Campos.

«O Comércio de Guimarães» n.º 7.027 de 9 de Julho de 1976



TRIBUNAL JUDICIAL DA
COMARCA DE GUIMARAES

Anúncio

VENDA DOS BENS APREENHIDOS PARA A MASSA FALIDA DE «DUARTE & ANJOS, L.DA» (Fábrica de Cartonagem) sita à Rua D. João I, 95 - B — GUIMARAES.

Até ao próximo dia 17 de Julho de 1976 recebem-se propostas EM CARTA FECHADA E LACRADA para a venda dos bens que, em pormenor, poderão ser consultados, através das respectivas verbas, no processo de falência na 1.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Guimarães.

As propostas terão de SER DIRIGIDAS ao SÍNDICO DE FALÊNCIAS do 1.º Juízo — Proc.º 13175 e terão de comportar ou a TOTALIDADE DOS BENS, ou então a totalidade de cada UM DOS LOTES, como se descrevem:

Lote 1 — Verbas n.ºs 1, 2, 3 e 4 (mobiliário de escritório);

Lote 2 — Verbas n.º 5, (máquina p.º caixas «Cuenet»);

Lote 3 — Verbas n.ºs 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, (máquinas para fazer caixas);

Lote 4 — Verbas n.ºs 15, 16, 17, 18, 20, 21 (acessórios, instalações, mesas, papeis e caixas de cartão); e

Lote 5 — Verba n.º 19, (fourgonete «Morris», gasóleo, caixa descoberta).

A abertura das propostas fazer-se-á no dia imediato (18 de Julho de 1976) no gabinete do Síndico de Falências, ficando este com a faculdade de rejeitar quaisquer propostas no interesse da massa falida.

Todos os impostos fiscais que existirem inerentes aos bens, ficam de conta do adquirente.

Para ver os bens, falar com o signatário.

Guimarães, 30 de Junho-1976.

O administrador da falência,

Afonso Machado

Telef. 40 614—Guimarães.

Cabeleireira (o)

Com prática admite — SALÃO SOARES.

«O COMÉRCIO DE GUIMARAES»

está à venda no

QUIOSQUE BASTOS

Contribuição Industrial!

Joaquim Novais, Chefe da Repartição de Finanças do concelho de Guimarães.

FAZ PÚBLICO que podem os contribuintes deste concelho, sujeitos a contribuição industrial — Grupo B, reclamar de 1 a 15 de Julho, da fixação do rendimento tributável fixado pelo Chefe da Repartição.

As reclamações dirigidas ao Chefe da Repartição de Finanças, devem ser lavradas em papel selado e assinadas pelo interessado, ou a seu rogo dado perante notário, quando não souber escrever.

A reclamação sob pena da mesma ser liminarmente rejeitada, conterá necessariamente os fundamentos em que se baseia o reclamante e nela se indicará os proveitos, os custos e o lucro tributável que devem ser mencionados.

O Chefe da Repartição,

Joaquim Novais.

«O COMÉRCIO DE GUIMARAES» n.º 7.027 de 9 de Julho de 1976



TRIBUNAL JUDICIAL DA
COMARCA DE GUIMARAES

Anúncio

1.ª Publicação

Pela 1.ª Secção do 2.º Juízo de Direito da comarca de Guimarães, correm éditos de 20 dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado Fernando Monteiro dos Reis, solteiro, maior, industrial, residente no lugar do Monte, n.º 90, Palmilheira, freguesia de Ermezinde, comarca do Porto, para no prazo de 10 dias, posterior àquele dos éditos, reclamarem o pagamento de seus créditos pelo produto do bem penhorado, caso tenham garantia real, na execução de sentença movida por Sousa Lopes, Leite & Companhia, com sede na Avenida Conde de Margarede, desta cidade.

Guimarães, 29 de Junho de 1976.

O Juiz de Direito,

Mário de Magalhães Araújo
Ribeiro.

O Escrivão,

Alberto de Magalhães Dias

Anuncie os seus
produtos em

O Comércio de Guimarães

— o primeiro Jornal
da provincia

O COMÉRCIO DE GUIMARAES

Propriedade de H.ª de M. Matilde C. F. Machado

Redacção, Administração, Composição e Impressão:
Rua D. João I, 59-61 — Telefone, 42508 — GUIMARAES